



Por que regularizar?

Quando você mora em uma área irregular, vive inseguro e não tem a posse sobre o terreno onde vive. Não consegue financiamentos para construir, reformar e ampliar a sua casa.

A Regularização Fundiária torna a sua área legal e garante o direito social à moradia, o acesso a serviços públicos, promove a cidadania e garante que o imóvel seja um bem da família, que poderá ser repassado a futuras gerações.

Em todo o Brasil, existem muitos assentamentos precários, que surgem de forma desordenada, não possuem infraestrutura urbana adequada, gerando danos sociais e ambientais.

É com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, buscando garantir mais qualidade de vida, cidadania e uma situação de acordo com a lei, que o Governo do Estado está desenvolvendo o Programa Morar Legal.

Para mais informações sobre o programa acesse:

www.idurb.es.gov.br
Telefone 27 3636.1150



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano.
Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo.

Programa
MORAR LEGAL



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano.
Instituto de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Espírito Santo.

Não foque este impresso em vias públicas



Programa **MORAR LEGAL**



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de Saneamento,
Habitação e Desenvolvimento Urbano.
Instituto de Desenvolvimento Urbano
e Habitação do Espírito Santo.

O Morar Legal é um Programa Estadual de Regularização Fundiária. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEDURB) e do Instituto Estadual de Desenvolvimento Urbano e Habitação (IDURB), em parceria com o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), está adotando medidas com o objetivo de possibilitar que os loteamentos que ainda não possuem escrituras possam ser legalizados.

É uma prioridade do Governo do Estado auxiliar técnica e juridicamente os municípios a adotarem mecanismos capazes de ajudar a população de baixa renda a legalizar as áreas onde moram.

Mas o que é Regularização Fundiária?

É o processo de intervenção pública, que inclui medidas jurídicas, urbanísticas, sociais e ambientais, com a finalidade de dar legalidade a terrenos irregulares.

Como funciona?

O Programa Morar Legal se divide em dois eixos principais:

- **Eixo 1 - Apoio aos municípios:**
o Governo do Estado vai capacitar e prestar assessoria técnica continuada aos municípios que aderirem ao programa, para que a administração municipal regularize assentamentos existentes em seu território.
- **Eixo 2 - Regularização Fundiária das áreas do Estado:**
promover a regularização de assentamentos precários localizados em áreas do Governo do Estado.

Quem são os envolvidos no processo de regularização fundiária?

O município é o responsável por elaborar e aprovar os projetos de regularização fundiária. É o município que deve fazer a mobilização da comunidade. E para isso, precisa ter uma equipe composta por profissionais das áreas jurídica, social e urbana preparada para atender ao público.

Para facilitar essas ações, o Estado vai auxiliar os municípios. O IDURB criou um Comitê de Regularização Fundiária, que reúne profissionais que vão orientar e capacitar os técnicos das prefeituras. Assim, ficará mais fácil o município realizar a regularização fundiária.

Para a implantação do Morar Legal foram estabelecidas parcerias com:

- *Tribunal de Justiça (TJ-ES)*
- *Ministério Público (MP-ES)*
- *Sindicato dos Notários e Registradores do Estado do Espírito Santo (SINOREG)*
- *Corregedoria Geral da Justiça do Estado*
- *Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (AMUNES)*
- *Defensoria Pública do Estado.*